

Os coletes amarelos: é só o começo...*

Alain Bihl**

Resumo:

Um descontentamento profundo advindo da degradação das condições de vida das classes populares e do agravamento de todos os tipos de desigualdade social sob o efeito da crise estrutural do capitalismo e das políticas neoliberais, levou, desde outubro de 2018, milhares de manifestantes vestido(a)s de coletes amarelos às ruas de Paris e, em pouco tempo, por toda a França. Apesar das reticências da grande maioria da esquerda sindical e política, que suspeitava de uma proximidade do movimento com a direita, e diferentemente de outras mobilizações, as manifestações permaneceram nas ruas, enfrentando o governo neoliberal de Macron. As bases do movimento, suas ações, interlocutores e perspectivas são algumas das questões centrais deste artigo.

Palavras-chave: *coletes amarelos*; movimento sindical; políticas neoliberais.

The “Yellow Vests”: It’s Just the Beginning...

Abstract:

A profound discontent rooted in the degradation of the living conditions of the popular classes and the aggravation of all types of social inequality as a result of the structural crisis of capitalism and neoliberal policies has, since October of 2018, led thousands of demonstrators dressed in yellow vests to the streets of Paris and, shortly after that, throughout France. Despite the reticence of the great majority of the union and political left, which suspected the movement of being close to the right, and unlike other movements, the protesters stayed in the streets, confronting the neoliberal Macron government. The social bases of the movement, its actions, its interlocutors and its future are some of the key issues discussed in this article.

Keywords: Yellow Vests; union movement; neoliberal policies.

Todos os que prognosticaram (ou esperavam) que o movimento dos *Coletes Amarelos* (CAs) não iria além das festas de final de 2018, o fizeram por sua própria conta. Passada a tradicional trégua dos confeiteiros, os CAs reapareceram na paisagem, especialmente com suas, a partir de agora, rituais manifestações de

* Tradução de Tatiana Fonseca Oliveira e Lúcio Flávio de Almeida. Revisão de Joana A. Coutinho. Artigo publicado originalmente em *À l'encontre*, 25 jan. 2019, com o título *Les “gilets jaunes”: ce n’est qu’un début...*

** Doutor em Sociologia. Professor emérito de sociologia da Université de Franche-Comté, França. End. Eletrônico : alainbihl09@gmail.com

Vários de seus textos foram publicados no Brasil, dentre os quais *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998; e os artigos “Os desafios atuais do movimento operário” e “Da Puerta del Sol à Wall Street”, na revista *Lutas Sociais*, respectivamente n. 7 (2001) e n. 31 (2013).

sábado. Porém, diferentes sinais (cortejos menos massivos, menos ocupações de rotatórias) testemunham certa asfixia, mesmo se, localmente, sua determinação pode permanecer inteira. Inversamente, acontecem iniciativas para relançar o movimento em novas bases. Portanto, o movimento está, visivelmente, em uma encruzilhada. É hora de fazer seu balanço e traçar algumas perspectivas.

Por que o movimento dura... e vai durar

O movimento dos *Coletes Amarelos* (CAs) surgiu em outubro de 2018 e houve uma série de previsões incorretas de que este não ultrapassaria o período das comemorações do final do ano. Transcorridas as festas, os CAs reapareceram fazendo manifestações, como um ritual, aos sábados. Apesar dos vários sinais de desaceleração (passeatas com menor número de integrantes, diminuição dos bloqueios e das ocupações de rotatórias), como uma evidência de certa “falta de folego”, o espírito de determinação do movimento permanece intacto. Por outro lado, há iniciativas em curso para relançá-lo sobre novas bases, o que o coloca diante de uma encruzilhada. Esta é uma grande oportunidade para se fazer um balanço e traçar algumas perspectivas para o seu futuro.

Podemos nos surpreender que, mais de dois meses após o seu desencadeamento, o movimento perdure, apesar das condições meteorológicas (inverno rigoroso na França) e de um calendário desfavorável, de uma repressão policial ainda mais severa do que a habitual (voltarei a isso), do seu isolamento relativo (ele não recebeu o apoio, que tinha o direito de esperar, dos sindicatos e das organizações políticas de esquerda – também voltarei a isso), o movimento perdure. É preciso ver nisso os impulsos que animaram os CAs desde o início: uma profunda cólera nascida de décadas de degradação das condições de vida das camadas populares, de agravamento das desigualdades sociais de todos os tipos sob o efeito da crise estrutural durável do capitalismo e das políticas neoliberais, do cinismo e do desprezo das elites sociais, políticas e midiáticas em proveito das quais ou pelas quais estas políticas têm sido implementadas, uma vontade de não mais sofrer, um desejo de não mais se submeter, de cobrar as contas e de obter o que lhe é devido; a reafirmação de um orgulho popular intacto, apesar dos golpes e das situações sofridas. Mas tudo isso não resultou em fogo de palha, uma revolta sem futuro, como tantas outras no passado.

Se o movimento durou, foi graças às suas realizações ou, mais precisamente, às suas conquistas. A primeira e talvez a mais importante delas permanece impalpável para aqueles e aquelas que não participaram diretamente das mobilizações multifacetadas dos CAs – por exemplo, das assembleias informais ao redor das rotatórias. Para muitos integrantes dos CAs, essas mobilizações foram apenas as primeiras de suas vidas. Elas também lhes ofereceram, de maneira simples e

profunda, a oportunidade de sair de seus isolamentos, permitiram-lhes, assim fazendo, constatar que a degradação da sua situação socioeconômica é a mesma de uma enorme multidão geograficamente próxima e semelhante socialmente, que até então era de anônimos como eles. As mobilizações ainda foram capazes de, ao mesmo tempo, libertar, pelo menos em parte, seus manifestantes do sofrimento e da culpa do próprio fracasso social, que conseguiram perceber que este não se devia às suas deficiências individuais, mas às próprias forças socioeconômicas e políticas gerais; de construir, nessas ocasiões, laços de simpatia, de interconhecimento e de (inter)reconhecimento próprios para reconfortá-los. De passarem do estado de multidão ao de uma comunidade em fusão (com seus momentos festivos e líricos), unida pela consciência de um destino comum e da necessidade de se solidarizar para enfrentá-lo e mudá-lo. Pensemos, por exemplo, na construção de barracas nas rotatórias que se tornaram verdadeiros locais de vida comum e de manifestação imediata de solidariedade popular (como espaço de produção ou de partilha de alimentos) e, ao mesmo tempo, lócus de discussão coletiva (onde os sentimentos e ressentimentos puderam ser expressos) e da democracia direta (a aspiração de retomar o domínio da própria vida e do curso do mundo), em resumo, as bases para a luta.

Trata-se ainda de uma forma elementar de consciência política, aquela em que o “nós” se levanta contra “eles” (todos aqueles que “nos” dominam, “nos” exploram, “nos” enganam, “nos” menosprezam). Mas quem experimentou o calor comunicativo de tal fusão é marcado para sempre e encontra uma fonte permanente para a continuidade da luta. E, para começar, encontra todas as semanas, até mesmo todos os dias durante semanas, o motivo para se juntar aos “camaradas” de coletes amarelos.

O movimento dos CAs não permitiu somente que seus integrantes saíssem do isolamento e da solidão, também conseguiu eliminar a invisibilidade social em que a grande maioria estava submersa. Eram invisíveis tanto para os meios de comunicação como para os políticos (prefeitos à parte, pelo menos nos pequenos municípios de onde provêm muitos CAs); e, nesse sentido, a escolha de um colete amarelo para aumentar a visibilidade dos indivíduos que o usam é bastante simbólica. Composta majoritariamente de membros do proletariado nas suas diferentes categorias (estatutários, sob o abrigo do CDI¹, precários, auto-empresendedores, desempregados), mas também membros da pequena burguesia (sobretudo, artesãos e comerciantes), ao lado de representantes de pequenos capitais (pequenos empresários)², quase exclusivamente concentrados em áreas

¹ Contrato de Duração Indeterminado.

² Consultar Collectif (2018).

de periferia urbana ou nas zonas rurais profundas. Por séculos, essas camadas populares não interessam às chamadas organizações e instituições representativas, tal como para as mídias dominantes. Quem tinha ouvido falar destes pequenos vales dos Vosges onde os CAs apareceram em dezenas de rotatórias no sábado, 17 de novembro, a não ser por ocasião do enésimo pronunciamento sobre o “caso Gregory”³? Aqueles que iriam se tornar CAs tinham conseguido sair da invisibilidade na qual estavam submetidos.

Mais amplamente, por meio desse movimento, os CAs conquistaram poder social no sentido mais estrito do termo: a capacidade de agir coletivamente no curso da sociedade, constituindo-se como sujeito protagonista. Quase de um dia para o outro, eles foram capazes de desafiar os poderes públicos e, em seguida, representar um problema um problema recorrente durante os dias de mobilização, demonstrando sua capacidade de incomodar, bem como a radicalidade de sua determinação, para finalmente acampar no centro da cena social e política francesa, fazendo ecoar seu movimento muito além das fronteiras nacionais. E este poder social assim conquistado tornou os CAs conscientes do poder político de seu movimento coletivo – até então confinado à impotência do isolamento ou do salve-se quem puder individual –, mais conscientes do poder político coletivo. De novo, esta é uma experiência que eles tão cedo não vão esquecer nem da qual desistirão.

Além disso, têm consciência de estarem em posição de infligir uma clara derrota ao atual governo. Governo esse que conseguiu abolir o ISF (imposto sobre a fortuna), perpetuar o CICE (Crédito de Imposto para a Competitividade e Emprego), colocar em marcha a draconiana reforma do trabalho, reduzir os subsídios de habitação, aumentar a taxa de Contribuição Social Geral (CSG) para os aposentados, reformar o estatuto dos trabalhadores ferroviários, introduzir grandes modificações no sistema de orientação dos alunos do ensino secundário e ingresso no ensino superior etc. Mas está agora, pela primeira vez, obrigado a adiar uma medida (o aumento da tributação dos hidrocarbonetos) e fazer concessões na tentativa de acalmar esse movimento social. O fato de essas concessões terem sido menores, para não dizer ridículas (voltarei logo a elas), não pode fazer-nos esquecer da vergonha que lhe foi infligida na forma de imposição desse recuo, o que sugere a possibilidade de outras mais importantes. Tanto mais que a natureza muito ridícula das suas concessões tem sido e continua a ser uma razão adicional para a continuidade do movimento.

³ Desaparecimento de uma criança com este nome, em 16 de outubro de 1984, e até agora não esclarecido [N. T.].

Porrete grande, cenoura pequena e frivolidade democrática

Se existem razões sérias para que o movimento se prolongue, também existem razões sérias para o seu esgotamento. Antes de discutirmos os limites internos com que esse movimento se deparou, vamos sublinhar os obstáculos externos encontrados. Em primeiro lugar, e acima de tudo, as reações do seu adversário imediato, o poder de Estado e o atual governo.

Amplamente surpreendido durante as duas primeiras semanas do movimento, esse poder implementou os seus principais meios repressivos logo que os CAs começaram a se pronunciar, desafiando-o até nos Campos Elísios. Houve então um destacamento sem precedentes de forças policiais, tanto em número como na utilização dos meios que empregaram.

Nessa ocasião, duas tendências já importantes durante a repressão aos movimentos sociais nas últimas duas décadas tornaram-se mais radicalizadas. De uma parte, uma militarização das operações de “manutenção da ordem”, confiadas aos CRS (Companhia Republicana de Segurança) e gendarmes móveis com a polícia montada; o uso massivo de balas de borrachas (LBD), granadas de gás lacrimogêneo e granadas explosivas GLI-F4 (contendo 25 gramas de TNT), muitas vezes em condições claramente contrárias às regras estabelecidas para a sua utilização⁴; o uso de veículos blindados leves; colocação de franco-atiradores em edifícios estatais e armamento de CRS com fuzis de assalto. O principal resultado foi a morte, em Marselha, de uma octogenária atingida em casa por uma granada, dezenas de pessoas mutiladas (perda de olho, perda de mão etc.) e várias centenas de feridos leves e graves, inclusive entre os simples “espectadores” das manifestações. Tudo coberto por um ministro do Interior que nega os destemperos maciços das suas tropas, os quais foram documentados por numerosos jornalistas e manifestantes (Dufresne, 2019).

Por outro lado, acrescente-se a criminalização do movimento, a qual já está implícita pelo simples fato de que ele obteve como resposta a utilização de meios policiais (o que equivale a negar a sua legitimidade política). O que se explicitou com a utilização de brigadas anticrime (BAC) e brigadas de investigação e intervenção (BRI), como se os manifestantes fossem criminosos comuns, e o festival de prisões e detenções efetuadas pela polícia, muitas das quais de modo preventivo, embora as pessoas detidas não fossem culpadas de nenhum delito senão aquele de querer ir ao local de uma manifestação⁵. Sem mencionar

⁴ Armas cuja retirada foi solicitada pelo defensor dos Direitos e pela Liga dos Direitos Humanos.

⁵ Nos termos do artigo 78-3 do Código Penal que dispõe: “A identidade de qualquer pessoa, qualquer que seja o seu comportamento, pode igualmente ser controlada, de acordo com as modalidades previstas no primeiro parágrafo, para evitar um atentado à ordem pública, especialmente à segurança das pessoas ou dos bens”.

as pessoas presas, acusadas de participação em confrontos com as “forças da ordem” e condenadas à pena de prisão, às vezes pesada. E a nova “lei contra o vandalismo”, em preparação no Parlamento, segue claramente na mesma direção, ao equiparar *a priori* os manifestantes aos *hooligans*.

Difícil avaliar como esta repressão alterou a correlação de forças. Se a manifestação parisiense de 8 de dezembro foi ainda mais maciça que a da semana anterior, é provável que o menor sucesso relativo da manifestação de 15 de dezembro se deveu, em parte, à natureza maciça da repressão exercida oito dias antes, o que pode ter dissuadido alguns CAs de irem novamente aos Campos Elísios. Mas a aproximação das festas do fim do ano teve, sem dúvida, o mesmo efeito.

Seja como for, a maior parte da repressão terá produzido outro efeito, provavelmente mais duradouro. Se, como pensamos, a maior parte dos CAs que vieram a Paris nesses dias eram manifestantes de primeira viagem, eles puderam descobrir uma faceta da polícia que provavelmente nunca tinham presenciado e que nem sequer sabiam que existia: uma lição que nunca esquecerão... Tal como cerca de 150 alunos do liceu de Mantes-la-Jolie que, no dia 6 de dezembro, foram obrigados a ajoelhar-se com os braços cruzados atrás do pescoço durante várias horas: eles também não se esquecerão desta humilhação imposta por uma polícia supostamente republicana.

Se, em geral, a mesma sequência ocorreu nas metrópoles, isto não se passou nos espaços periurbanos e rurais, que foram o cadinho do movimento. Neles a repressão só ocorreu após a intervenção televisiva de Macron, em 10 de dezembro. Embora as relações entre os CAs e os gendarmes ou policiais tenham permanecido cordiais ou mesmo desconcertantes em torno de muitas rotatórias e estacionamentos de supermercados ocupados, eles endureceram de repente, um sinal de que o poder tinha apitado “o final do recreio” e pretendia recuperar o terreno perdido. Os CAs foram então “convidados” a dispersar, desmontar suas cabanas e voltar para casa, o que foi feito na maioria das vezes sem muita violência, mas de má vontade (por diversas vezes, os gendarmes tiveram de expulsar novamente os CAs dos lugares que estes haviam ocupado). Antes de terminar os feriados, alguns deles se mudaram para perto de suas antigas ocupações, em terrenos privados ou cedidos pelos municípios colaboradores.

De forma imediata, a única coisa que o governo propôs aos CAs, em resposta às suas manifestações e exigências, foi o cassetete e isto já era em si mesmo uma indicação do seu isolamento e enfraquecimento – bem como do medo que os CAs lhe impingiram. Era o sinal do que ele havia perdido em grande parte da classe trabalhadora vestida de coletes amarelos e da parcela que anteriormente o sustentava: o consentimento, ainda que passivo e resignado, que lhe havia per-

mitido governá-las até então. Rapidamente ficou claro para ele que era preciso retomar o terreno perdido também nesta área.

Este foi o significado profundo da intervenção de Macron no dia 10 de dezembro. As medidas tomadas (anulação do aumento da taxa de combustível, aumento das gratificações no emprego, anulação do aumento da contribuição social (CSG) para aposentados que recebem entre 1200 e 2000 euros por mês) provavelmente não serviram para acalmar o entusiasmo da maioria dos CAs e de seus simpatizantes. Ainda mais que, ao mesmo tempo, os discursos jupiterianos feitos pelos ministros e porta-vozes da maioria parlamentar argumentavam que não havia como rever as principais orientações de sua política sujeita aos interesses do grande capital transnacional e que o curso das “reformas” neoliberais em andamento ou planejadas se mantinha. Ao contrário, em vista das demandas emergentes do movimento nas últimas três semanas, notadamente em relação a um aumento substancial do salário mínimo e dos benefícios sociais e à restauração do imposto solidário sobre a riqueza (ISF), estes anúncios foram provocadores e só podiam estimular o entusiasmo dos mais determinados⁶.

Mais sutil terá sido a promessa de organização de um “grande debate nacional” sobre uma série de questões tidas como levantadas pelo movimento dos CAs. Este debate foi, de fato, lançado em meados de janeiro, por uma carta endereçada aos cidadãos e cidadãs, com proposta de duração de dois meses e devendo incidir sobre “a fiscalidade e as despesas públicas, a organização do Estado e dos serviços públicos, a transição ecológica, a democracia e a cidadania” (Macron, 2019).

Obviamente, o chefe do Estado espera vários benefícios desse evento. Ao propor a substituição do ciclo de confrontos semanais pelo espaço de um diálogo pacificador, ao passar da troca de socos à troca de argumentos, pretende restaurar o quadro danificado da democracia representativa para se reinstalar, ele mesmo, no centro dela. Em resumo, recuperar o controle. Além disso, o movimento dos CAs se tornou possível devido ao enfraquecimento da mediação entre a base cidadã e as cúpulas do aparelho de Estado (Parlamento, representantes locais eleitos, partidos políticos e sindicatos: os famosos “corpos intermediários”), um enfraquecimento para o qual terão contribuído a concepção e a prática jupiterianas de poder do atual ocupante do Eliseu. Trata-se de reviver pelo menos algumas destas mediações.

⁶ No entanto, eu escutei na *France Culture*, no dia seguinte à intervenção de Macron, uma mulher entrevistada na rua declarar: “Ainda assim, vou receber 10 euros a mais por mês; 120 euros ao ano. Não é nada!” Isso mostra o padrão de vida de uma parte das classes populares hoje na França... Aliás, “se incluirmos as despesas alimentares nas despesas pré-comprometidas [habitação, seguros etc.], só restarão aos 10% dos franceses menos abastados 180 euros, ditos “arbitráveis”, para pagar o vestuário, os passeios ou ainda... o tanque do carro cheio” (Molinet, 2019, p.11).

É o que Macron já fez ao se reunir longamente com várias centenas de prefeitos e para o que será utilizada a organização, sob sua égide, de centenas de debates locais agendados para as próximas semanas. Finalmente, se a manobra for bem sucedida, se uma parte dos CAs concordar em trocar a rotatória pela mesa redonda, então não se pode excluir que este “grande debate” permita não só encerrar o parêntese aberto em meados de novembro, mas ainda ratificar as medidas já decididas nas esferas governamentais porque se inscrevem nas suas orientações neoliberais. Enquanto organizador deste “grande debate”, o governo tem o domínio completo sobre ele. Foi ele quem definiu o quadro temático, excluindo *a priori* certos temas que eram essenciais: não se trata, por exemplo, de interrogar e menos ainda contestar as orientações neoliberais gerais da política atual (“Não me esqueci de que fui eleito por um projeto, com orientações gerais às quais me mantenho fiel”). Ao mesmo tempo, é ele quem direciona as respostas *a priori* por meio da maneira como formula as perguntas. Por exemplo, por que perguntar “Quais impostos são prioritários para serem reduzidos?” e não “Quais impostos devem ser aumentados, como prioridade?”. Da mesma forma, por que perguntar, quando se trata de despesas públicas, “Quais são as economias que você acha que devem ser priorizadas?” e não “Que despesa pública suplementar é necessária e prioritária para financiar os equipamentos coletivos e os serviços públicos que você considera indispensáveis?” E é sobretudo ele que fará a síntese, permitindo-se identificar e reter dezenas de milhares de proposições que terão sido apresentadas, necessariamente por meio desse filtro, as únicas que lhe interessarão: aquelas que vão na direção dos interesses que ele representa e defende. Em síntese, depois de ter formulado as perguntas, não duvidemos que ele será capaz de identificar as respostas necessárias...

Mas, novamente, pode ser uma “faca de dois gumes”. Se a realização deste “grande debate” pode ser a ocasião para dividir o movimento e amenizar outra parte dele, o envolvimento dos CAs nesse “grande debate” pode, também, constituir uma bomba-relógio. Quanto mais este envolvimento for importante e levado a sério pelos seus participantes, menos estes últimos estarão dispostos a dar crédito aos chamados resultados que não correspondem ao que disseram e ouviram. Se for esse o caso, a manobra se voltará contra os seus organizadores. Será mais uma prova da sua duplicidade, reforçando a desconfiança ou mesmo a rejeição dos cidadãos à democracia representativa e convencendo-os de que não há outra maneira de ser ouvido do que nas ruas.

A esquerda sindical e política longe da realidade

Se o movimento dos CAs não soube reencontrar em janeiro o seu grau de mobilização e radicalismo do início de dezembro, não é apenas devido à eficácia

(relativa) das diversas reações do poder. É também porque não se beneficiou de apoios e retransmissões suficientes para além de suas próprias fronteiras. O esboço de uma mobilização estudantil de ensino médio e universitário durante o mês de dezembro foi rapidamente aniquilado. Obteve um pouco mais de eco no mundo agrícola, ainda que confrontado nos seus componentes populares, com os mesmos problemas que a maior parte dos CAs: se a Confederação Camponesa e o Modéf⁷ rapidamente declararam sua solidariedade⁸ ao o movimento, não parece que isso tenha se traduzido numa presença significativa dos seus membros nas mobilizações.

Mas foram principalmente os sindicatos e as organizações políticas de esquerda que, neste caso, não estiveram à altura da situação. Não será demais lembrar que, à parte alguns militantes, essas organizações, no seu conjunto, brilharam pela ausência durante as duas primeiras semanas da mobilização. O fato de que em seguida algumas federações (LO, NPA, LFI e AL)⁹ tenham se envolvido posteriormente e outras (algumas federações da CGT e do SUD-Solidaires)¹⁰ se tenham organizado, não impede de constatar que as principais (a começar pela CGT) continuam amuados com o movimento.

Sem dúvida os CAs são em parte responsáveis por esta situação. Com base na experiência anterior, concluíram que nada havia a esperar das organizações que os tinham abandonado ou ignorado durante séculos (e que estavam prestes a reincidir); e, em muitos lugares, mostraram-se, *a priori*, hostis à presença delas, receando manobras de recuperação. Por outro lado, os seus métodos de mobilização (recorrendo prioritariamente às “redes sociais” digitais, em particular o Facebook), suas formas de ação (fora das empresas) e suas reivindicações (visando principalmente o Estado e o governo, mas parecendo isentar o patronato) também contribuíram para afastar as organizações sindicais e políticas de esquerda. Sem mencionar a presença entre os CAs de alguns indivíduos, grupos ou temas de extrema-direita.

Tudo isto deu aos dirigentes e a muitos militantes, da esquerda política e sindical motivos para se manterem afastados. Ora, essas “doenças infantis” do movimento dos CAs não tinham nada de inadmissível e não desculpam o ostracismo de que foram vítimas e os julgamentos de intenção que lhes foram feitos. A presença entre eles de elementos de extrema-direita? Grande coisa: como poderia ter sido de outra forma em tal movimento, especialmente em seu início, se o único cartão de identidade exigido de seus participantes era um colete amarelo? Por

⁷ Movimento de Defesa da Agricultura Familiar, sindicato agrícola francês criado em 1959.

⁸ Menos a FNSEA (Federação Nacional dos Sindicatos de Agricultores), que é amplamente majoritária.

⁹ Luta Operária, Novo Partido Anticapitalista, A França Insubmissa e Alternativa Liberal

¹⁰ *Confédération générale du travail* e *Union syndicale Solidaires*.

que a extrema direita não aproveitaria essa oportunidade para tentar se infiltrar no movimento, sendo mais astuta nesse caso...do que a extrema esquerda? Mas em parte alguma foi observado que estes elementos de extrema-direita estiveram na origem da mobilização ou que a tenham enquadrado ou dirigido, hoje ainda menos que no passado. Pelo contrário, em diferentes locais, esses elementos, identificáveis ou identificados como tal, foram excluídos das manifestações dos CAs, inclusive *manu militari*.

Mobilização dos CAs fora dos canais militantes tradicionais? Mas a quem culpar se não a esses mesmos canais que desertaram de amplos setores do espaço social, transformando em órfãos políticos uma grande parte das camadas populares que só puderam contar com os seus próprios meios para se mobilizarem e organizarem? Não deveríamos nos alegrar com a capacidade de autoatividade e de controle dos meios de comunicação mais recentes, disponíveis para este fim, que eles sabiam como se manifestar? Quanto à sua ignorância ou desconhecimento da centralidade da luta contra o capital em sua encarnação patronal, mostrei nestas mesmas colunas que a luta dos CAs se inscrevia, pelo contrário, numa perspectiva que põe em evidência o quanto, na atual fase da luta de classes, tanto o Estado como o patronato são mais do que nunca uma figura do capital (Bihr, 2018).

De fato, as razões da atitude das organizações sindicais e políticas de esquerda encontram-se no que elas se tornaram ou estão prestes a se tornarem. Atitude que ilustra, primeiramente, como acabei de observar, o quanto essas organizações se tornaram estrangeiras para setores inteiros das classes populares (especialmente os que vivem nos espaços periurbanos e rurais, bem como os que residem nos subúrbios urbanos) e o quanto elas desconhecem os principais aspectos das suas condições de vida (que se reduzem cada vez menos às suas condições de emprego e de trabalho, mesmo que permaneçam centrais). Essa atitude também revela o quanto essas organizações tenderam a esclerosar-se, voltando-se para formas de ação ritualizadas, das quais a manifestação de rua, declarada na prefeitura e perfeitamente balizada pela polícia, é a mais eminente. Os CAs lhes terão lembrado (ou mesmo ensinado) quantas atividades de bloqueios de circulação de automóvel, principalmente em torno de certos pontos estratégicos para a circulação de capitais na sua dimensão material (os principais eixos rodoviários e autoestradas, as entradas e saídas das cidades, os centros comerciais, as plataformas de abastecimento, os depósitos de combustível etc.), podem ser muito mais eficazes como meio de pressão. Evidentemente esta atitude também tem a ver com a estrutura burocrática dessas organizações, que não cessou de se reforçar à medida que sua audiência e sua base militante diminuíram: quando se habitua a decretar jornadas de mobilização do seu gabinete não se está (mais) disposto a sair deste último para se deslocar até mobilizações decididas na base sem nenhum controle do aparelho intermediário.

Essa atitude revela, acima de tudo, que as direções, como, sem dúvida, grande parte dos quadros dessas organizações, apenas aspiram recuperar o que tem sido, há décadas, sua função no dispositivo geral de dominação do capital, o de mediadores entre a estrutura e a base popular, negociando as condições dessa dominação de tal forma que ela seja aceitável pela base. Função que as políticas neoliberais tenderam a arrancar deles, fragilizando, aliás, num mesmo golpe os dirigentes capitalistas a partir do momento em que a base se levanta e adota uma disposição agonística. Isto é exatamente o que acabou de acontecer com os CAs. E a declaração conjunta adotada no dia 6 de dezembro pelas principais organizações sindicais (CFDT, CGT, FO, CFE-CGC, CFTC, UNSA, FSU¹¹), na qual afirmavam estarem dispostas ao “diálogo” e à “escuta” com um poder que então preparava suas armas no sentido mais literal, apenas significou chamá-lo para um modo de governo no qual elas recuperariam sua antiga função e poderiam, ao mesmo tempo, ajudá-lo a se recompor depois das faltas que acabara de cometer. Quanto à ausência, da parte delas, de qualquer declaração conjunta que condenasse a violência policial contra os CAs, pode-se concluir que elas também jogam, de bom grado, no grupo dos que defendem a ideia do “quem cala consente”.

Felizmente, no sentido oposto, encontravam-se militantes, coletivos e estruturas locais ou regionais para compreender rapidamente que o encontro que não houve entre as organizações sindicais e políticas e o movimento dos CAs era injustificável e seria, em longo prazo, prejudicial para ambos. E, nas últimas semanas, sua presença nas fileiras dos CAs, com ou sem o colete-símbolo, tem sido cada vez mais notada, em Paris como nas províncias, na cidade e no campo.

Pois seria um grave erro político se suas organizações persistissem no ostracismo. Por muito tempo, elas ficariam isoladas de uma parte dos setores populares, os quais elas têm vocação para animar e organizar em toda sua diversidade, para permitir que eles se unam. Ao mesmo tempo, elas também perdem uma bela ocasião para se renovarem, saindo do cercado sociológico, político e ideológico no qual se fecharam, voluntariamente ou não, durante as últimas décadas. Não permitiriam que o potencial de radicalização política contida nos CAs se atualizasse. E, acima de tudo, elas correriam o risco não somente de o movimento se enfraquecer e terminar, mas de que pelo menos uma parte, por ressentimento, se voltasse de vez para o canto de sereia da extrema-direita, cumprindo assim as condições de uma profecia autorrealizável.

¹¹ Confederação Francesa Democrática do Trabalho, Força Operária, Confederação Francesa de Gestão, Confederação Geral dos Executivos, Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos, União Nacional dos Sindicatos Autônomos, Federação Sindical Unitária. Destaquem-se a notável exceção do SUD-Solidaires e o protesto de várias federações e sindicatos departamentais da CGT.

Sugestões para reforçar o movimento

As linhas anteriores deixaram claro que a fragilidade do movimento dos CAs também se deve a limitações internas, nele inscritas nele desde o início, tanto no seu horizonte reivindicativo como nas suas formas de organização e luta, bem como na sua localização geográfica. Uma parte dos CAs notou este aspecto, permitindo que o movimento como um todo evoluisse nestes diferentes níveis desde as suas primeiras aparições. Mas ele ainda está longe do esgotamento de suas próprias de suas próprias potencialidades. É precisamente isso que torna necessária a participação de militantes e organizações anticapitalistas neste movimento sem, no entanto, supor que seja suficiente ter *a priori* as respostas a todas as questões que se podem colocar a partir do instante em que se propõem prolongar o movimento dos CAs, ampliar seus horizontes e reforçar o seu poder social. Essas respostas só poderão ser elaboradas na discussão e reflexão coletivas, que se realizam no interior do movimento, sobre ações realizadas anteriormente e as que podem ser consideradas no futuro. As sugestões que seguem não têm qualquer ambição além de contribuir para tal objetivo.

No plano das orientações políticoideológicas. De fato, os CAs simplesmente recordaram e ilustraram esta verdade elementar: a sociedade capitalista está estruturalmente presa numa questão que é, ao mesmo tempo, insolúvel nela e por ela, condenando-a a um tormento perpétuo: a que, desde a primeira metade do século XIX, tem sido chamado de a questão social. E cada vez que esta se atualiza em uma nova onda de lutas populares, surge novamente em sua tripla dimensão constitutiva. O que os CAs finalmente exigiram? Respeito, poder e riqueza. É de acordo com estes três eixos que devemos lhes propor que continuem a lutar, sempre especificando, a cada vez, os objetivos a serem atingidos.

- Respeito. A forma como Macron multiplicou durante os dezoito meses do seu “reinado” as marcas de desprezo para com as classes populares não contribuiu muito para apagar o rojão que ele acabou de receber¹². São prova disso as palavras de ódio contra ele ao ponto do chamado ao assassinato. Isto manifesta uma vontade de reconhecimento e uma vontade de dignidade por parte dos membros das classes populares que devem ser reforçados, pois são molas

A antologia não está completa. A propósito dos trabalhadores de Gad, um matadouro situado em Lampaul-Guimiliau (Finistère): “Nesta empresa, a maioria é de mulheres. Muitas analfabetas” (17 de setembro de 2014 na *Europe 1*). “Você não vai me assustar com sua camiseta, a melhor maneira de comprar um terno é trabalhar.” (na rua em Lunel, 27 mai. 2016). “Uma estação de trem é um lugar onde se cruzam pessoas bem-sucedidas e pessoas que não são nada” (inauguração da Estação F em Paris, 2 jul. 2017). Dirigindo-se a um desempregado com diploma de horticultura e que se queixava de não encontrar emprego: “Hotéis, cafés, restaurantes... Atravesso a rua e encontro você. Eles só querem pessoas prontas para trabalhar, com as restrições do comércio (15 set. 2017, nos jardins do Eliseu)”. “Colocamos um dinheiro louco nos mínimos sociais e as pessoas não se dão bem” (18 jun. 2018, em seu escritório do Eliseu).

poderosas da revolta e da ação coletiva. Encarnam-se hoje em um reinvestimento da figura da cidadania ainda mais do que a do trabalhador. Cabe a nós, militantes anticapitalistas, fazer compreender que, numa sociedade baseada no trabalho assalariado, que transforma a força de trabalho humana, o sujeito humano na diversidade de suas capacidades físicas, morais, intelectuais, estéticas etc., num puro meio de valorização do capital e de apropriação privada da riqueza social, a dignidade humana é condenada por princípio. É neste sentido que o capitalismo é profundamente imoral, seja qual for a moralidade dos capitalistas e seus laços políticos (geralmente baixa, com raras exceções). Portanto, se queres defender tua dignidade, tens de ser anticapitalista.

- Poder. Antes mesmo de considerar a questão da tomada ou não do poder de Estado, a reivindicação popular foca-se na exigência de manter, alargar e consolidar a conquista de suas condições de existência, o poder sobre sua própria vida. Exigência que está no centro da recusa geral, no seio do movimento dos CAs, de qualquer representação ou delegação; e da luta pelo exercício geral de uma democracia assembleísta¹³. “Todo o poder para os CAs!” Esta é implicitamente sua mensagem. Eis porque esta exigência não pode se contentar com uma simples renovação da democracia representativa que, por definição, institui uma modalidade de desapropriação deste poder em favor de representantes eleitos cuja posição incontrolável se mede pelo caráter indefinido do mandato de que dispõem. A este respeito, a instituição de um Referendo de Iniciativa de Cidadania (RIC), frequentemente reivindicado no curso das últimas semanas no seio do movimento dos CAs, não seria suficiente para corrigir o defeito, como demonstra o exemplo dos poucos Estados (a começar pela Confederação Helvética) onde se praticam as modalidades RIC, e constitui uma quimera que deve ser dissipada pela discussão (Garrigou, 2018). Destaquei acima a armadilha que representa o “grande debate” que acaba de ser lançado pelo governo, destinado a acalmar e lançar o movimento na areia movediça, ressaltando que se trata de uma armadilha que pode pegar os que a conceberam e organizaram. É por isso que a participação de coletivos locais dos CAs neste debate não deve ser excluída, desde que seja acompanhada de certas condições (elaboração prévia em assembleia geral dos cadernos de reivindicações, ampla publicidade dada a estes cadernos junto às populações locais, instituição de um mandato imperativo e revogável para eventuais porta-vozes, denúncia de todas as tentativas de escamotear ou alterar o conteúdo dos cadernos de reivindicações). Mas o poder popular certamente se expressará mais seguramente ainda na continuação e extensão das ações que possam pressionar o governo e os empregadores, bloqueando a produção e a

¹³ Exigência enfatizada pelo chamado dos CAs de Commercy, de 30 nov. 2018. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=dfLIYpJHir4>

circulação de mercadorias (greves, ocupações dos pontos estratégicos mencionados acima). O que pressupõe, evidentemente, que tenham se estabelecido uma ligação e uma coordenação entre as ações dos CAs fora dos locais de produção e as dos trabalhadores nestes locais. É isso que os sindicalistas e os militantes políticos devem trabalhar, como prioridade, na sua intervenção no interior do movimento dos CAs, por exemplo, difundindo o chamado a uma greve geral de 4 a 6 de fevereiro próximo, lançado pelos CAs de *Diois*¹⁴.

- Riqueza social. A convergência entre os CAs e militantes sindicais e políticos anticapitalistas pode e deve ocorrer principalmente numa luta comum por uma distribuição menos desigual da riqueza social produzida, primeira etapa na via de uma reapropriação das condições sociais de produção dessa riqueza. Em outras palavras, imponhamos e organizemos um “escoamento” verdadeiro e maciço da riqueza de cima para baixo da escala de rendimentos e das fortunas! Isto passa evidentemente pelo aumento do poder de compra das classes populares trabalhadoras e, por conseguinte, pelos rendimentos (rendimento salarial ou rendimento social) com a qual vivem dia após dia. Mas isso pressupõe também um aumento da despesa pública que financie os equipamentos coletivos e serviços públicos por meio dos quais as necessidades sociais dessas mesmas classes (habitação, saúde, educação e formação profissional, cultura e lazer) podem ser satisfeitas. Isto, por sua vez, implica uma grande reforma fiscal em sentido amplo (impostos e contribuições sociais) para financiar este aumento da despesa pública: redução dos impostos indiretos e aumento dos impostos diretos; entre estes últimos, a redução da tributação do trabalho (a CSG imposto sobre o rendimento, TVA,) e o aumento da tributação do capital, dos altos rendimentos e das grandes fortunas (restabelecimento e aumento do imposto sobre o patrimônio); abolição da CICE e do CIR¹⁵ e dos numerosos nichos fiscais e sociais; combate determinado à evasão e fraude fiscais e confisco da riqueza dos exilados fiscais; etc¹⁶. Para tornar populares e críveis estas reivindicações relativas a esta matéria técnica e rebarbativa, organizemos uma campanha de informação e mobilização sobre o tema “*O que poderíamos fazer com os 56 bilhões de euros de dividendos distribuídos aos acionistas apenas pelas empresas do CAC¹⁷ no ano passado?*”. Isso pode assumir a forma de manifestações por todo o país, de uma cidadezinha ou metrópole, por diferentes equipamentos coletivos ou serviços públicos para anunciar todas as criações de empregos, de serviços etc., cujos

¹⁴ Cf. <https://vimeo.com/312829515>.

¹⁵ Crédito Imposto para a Competitividade e o Emprego (CICE) e Crédito de Imposto para a Pesquisa (CIR).

¹⁶ Para um programa mais detalhado, cf. <http://alencontre.org/europe/france/les-gilets-jaunes-pourquoi-et-comment-en-etre.html>

¹⁷ Cotação Assistida Contínua.

usuários se beneficiariam com a redistribuição daquele dinheiro. E este é apenas um dentre muitos exemplos possíveis.

Em termos de organização. A vontade dos coletivos dos CAs de permanecerem no controle das suas decisões e ações a nível local inquestionavelmente serviu para enraizar o movimento e contribuir para o seu sucesso e sustentabilidade. Isto lhes teria permitido denunciar desde o início todas as tentativas de recuperação política a que foram sujeitos (em especial por parte da direita extrema e da extrema-direita), bem como todas as manobras para criar ou impor orientações ou mediações autoproclamadas, para fins eleitorais ou não (que vão se multiplicar no período que antecede as eleições europeias). Sem renunciar em nada a esta vontade de controle por sua base, o movimento dos CAs só conseguirá ultrapassar seus limites atuais se conseguir afastar-se de sua desconfiança em relação a qualquer forma de organização a níveis superiores, regional e nacional. A conciliação dessas exigências contrárias não tem nada de impossível, desde que essa organização assuma uma forma federativa, respeitando a autonomia dos coletivos locais e praticando o mandato imperativo e revogável já mencionado. A consciência da necessidade de passar para um nível superior de organização já se manifesta no seio do movimento. Alguns coletivos dos CAs começam a se federar em nível departamental ou regional, seja para continuar as ações coletivas de final de semana ou para preparar sua participação no “grande debate”¹⁸. Vai, evidentemente, no mesmo sentido o chamado feito, no dia 29 de dezembro pelos CAs, e em 29 de dezembro pelos CGs de Commercy, para a multiplicação das assembleias locais e a realização de uma “*assembleia das assembleias*”, de uma “*comuna das comunas*”, para os dias 26 e 27 de janeiro de 2019¹⁹, chamado ao qual já responderam cerca de cinquenta coletivos locais que participarão deste encontro.

Sobre as formas de luta. A este respeito, colocam-se duas opções. No seu conjunto, o movimento deve privilegiar manifestações centralizadas (em Paris ou nas grandes cidades), como em parte, tendeu a fazer em dezembro, ou, pelo contrário, manifestações descentralizadas (em cidades de importância média ou mesmo em bairros rurais)?

Apesar do significado simbólico do primeiro (investir sobre os “guetos do gotha”²⁰ e os lugares de poder de Estado na própria capital), prefiro argumentar

¹⁸ Assim também os CAs do departamento de Vosges. Ver <https://www.vosgesmatin.fr/edition-de-remiremont/2019/01/21/les-gilets-jaunes-creent-leur-association-association-gilets-jaunes-vosges-88>.

¹⁹ Disponível em <https://vimeo.com/312829515>.

²⁰ Como explicam Pinçot-Chalot e Pinçon, em seu importante *Les Ghettos du Gotha* (2007), hoje a expressão “do Gotha”, ou simplesmente “Gotha”, se refere aos espaços urbanos ocupados e militantemente defendidos pela “alta sociedade”, quais sejam, descendentes de aristocratas e membros da grande burguesia.

a favor do segundo. Por um lado, respeitam melhor o princípio da autonomia de ação e de decisão dos coletivos locais sem, de modo algum, prejudicarem a necessidade e a possibilidade de ações coordenadas em escala nacional (coordenar não significa centralizar). Por outro lado, desorganizam, fragilizam e esgotam ainda mais o poder de Estado, obrigando-o a dispersar suas forças repressivas e a deslocá-las sem cessar de um lugar para outro.

Além disso, como podemos enfrentar a polícia e, mais amplamente, o aparelho repressivo implantado pelo poder de Estado? Entrar em confronto, como aconteceu muitas vezes nestas últimas semanas, pode não ser a escolha mais sensata.

Pode-se contra-argumentar que esse confronto foi, na maioria das vezes, imposto aos manifestantes por uma força policial que tomou deliberadamente a iniciativa, atacando desnecessariamente manifestantes pacíficos. É verdade, mas, precisamente por esta razão, vale a pena pensar duas vezes. Pois isso significa que a escolha foi do adversário e que seria uma boa idéia não segui-la, porque quase certamente lhe oferece uma tripla vitória. Por um lado, em um terreno em que a relação de forças imediata raramente é a favor dos manifestantes, que são gaseados, espancados, feridos e até correm o risco de serem mortos. Por outro lado, porque, desta forma, o poder consegue assustar alguns participantes e dissuadi-los de voltar às manifestações seguintes, mesmo que o contrário seja possível (o espectáculo da violência policial pode também enraivecer *a priori* os mais pacíficos). Enfim, porque o confronto é sempre acompanhado e prolongado pelos meios de comunicação social, que o espetacularizam fazendo sempre a mesma “escolha”, a de funcionarem como vendedores ambulantes do poder. Então fica fácil para este último responsabilizar o conjunto dos manifestantes pelas cenas de destruição do mobiliário urbano, degradação das fachadas das lojas, ou mesmo pilhagem, confortando a desaprovação que este espectáculo suscita em parte da opinião pública – o que mais uma vez enfraquece o movimento. No que, obviamente, o governo é ajudado pela ação dos famosos “vândalos”, que misturam saqueadores ocasionais, agitadores profissionais, sejam da extrema direita ou ultraesquerda, e agentes provocadores infiltrados a mando da polícia. E tudo isto, no final das contas, por disputas mínimas, ou até irrisórias, no plano político (fazer recuar a polícia, aproximar-se o máximo possível de um prédio oficial, manter uma postura insurrecional etc.).

Sem excluir o recurso à violência para se defender da agressão policial, outro caminho seria procurar metodicamente desacreditar e neutralizar esta última. Enganar a polícia: fazendo-a acreditar no encontro ou manifestação em determinado local e se reunir ou se manifestar em outro; recorrer ao *flashmob*, ou seja, aparecerem todos de amarelo num local específico durante um curto

período de tempo. Organizar encontros e manifestações em locais que não se prestam à repressão policial (por exemplo, mercados). Exibir sistematicamente nas reuniões e manifestações reproduções ampliadas de feridas infligidas por policiais aos manifestantes. Envolver tanto quanto possível os moradores dos bairros onde se realizam encontros e manifestações, pedindo para colaborarem na observação, no controle e, se possível, na organização: informá-los antecipadamente, dar-lhes garantias sobre a segurança no que lhes diz respeito, pedir-lhes que filmem (utilizando seus *smartphones* ou câmeras) e que, se necessário, chamem testemunhas etc. Criar “brigadas de vigilância” para as manifestações que reúnem jornalistas, oficiais de justiça e advogados. Podendo assim ameaçar a polícia (os agentes no local, o seu comando, as suas autoridades de supervisão) com processos judiciais com base na massa de testemunhos que podem ser recolhidos. Contra as práticas do poder que visam criminalizar o movimento, trata-se, pelo contrário, de fazer prevalecer a e triunfar a ideia, tanto na opinião pública como nas instituições judiciais (nacionais e supranacionais), de que o movimento é perfeitamente legítimo. Criminosa é sua repressão.

Referências

- BIHR, Alain. Les “gilets jaunes”: un soulèvement populaire contre l’acte II de l’offensive néolibérale. *À l’Encontre*, 08 dez. 2018. Disponível em <http://alencontre.org/europe/france/les-gilets-jaunes-un-soulevement-populaire-contre-lacte-ii-de-loffensive-neoliberal.html>. Acesso em 08 dez. 2018.
- COLLECTIF. “Gilets jaunes”: une enquête pionnière sur la “révolte des revenus modestes”. *Le Monde*, 11 dez. 2018. Disponível em https://www.lemonde.fr/idees/article/2018/12/11/gilets-jaunes-une-enquete-pionniere-sur-la-revolte-des-revenus-modestes_5395562_3232.html. Acesso em 11 dez. 2018.
- DUFRESNE, David. Violences policières: On est dans le mensonge d’État. *Le Monde*, 16 jan. 2019. Disponível em https://www.lemonde.fr/societe/article/2019/01/16/violences-policieres-on-est-dans-le-mensonge-d-etat_5409824_3224.html. Acesso em 16 jan. 2019.
- GARRIGOU, Alain. La République des RIC. *Le Monde Diplomatique*, 17 dez. 2018. Disponível em <https://blog.mondediplo.net/la-republique-des-ric>. Acesso em 17 dez. 2018.
- MACRON, Emmanuel. Lettre aux Français. *Elysée*, 13 jan. 2019. Disponível em <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2019/01/13/lettre-aux-francais>. Acesso em 13 jan. 2019.

MOLINAT, Xavier. Revenu: le pouvoir d'achat des plus modestes en berne. *Alternatives Économiques*, n. 386, 01 jan. 2019. Disponível em <https://www.alternatives-economiques.fr/revenus-pouvoir-dachat-plus-modestes-berne/00087679>. Acesso em 13 jan. 2019.